

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v10n3p212-222



ENSINAR DIVERSIDADE, APRENDER SOLIDARIEDADE

TEACH DIVERSITY, LEARN SOLIDARITY

ENSEÑAR DIVERSIDAD, APRENDER SOLIDARIDAD

Wilton Garcia¹

RESUMO

O presente texto articula um posicionamento crítico-reflexivo a respeito de diversidade e solidariedade, em especial atenção às políticas públicas educacionais brasileiras atualmente. Com isso, instaura-se uma pergunta: que tipo de políticas públicas educacionais inscreve diversidade e solidariedade no Brasil? No formato ensaio, o percurso metodológico elege a pesquisa empírica, qualitativa, ao discutir esse questionamento, a partir dos *estudos contemporâneos*. O resultado desta investigação demonstra dinâmicas estratégicas na educação atual que (re)dimensionam diversidade e solidariedade como potências para a produção de conhecimento, a produção de subjetividade e a produção de informação.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade. Solidariedade. Política Pública. Educação. Brasil.

ABSTRACT

The present text articulates a critical-reflexive position regarding diversity and solidarity, in particular attention to Brazilian educational public policies today. Thus, a question arises: what kind of educational public policies inscribe diversity and solidarity in Brazil? In the essay format, the methodological path elects empirical, qualitative research, when discussing this questioning, from contemporary studies. The result of this investigation demonstrates strategic dynamics in current education that (re)dimension diversity and solidarity as powers for the production of knowledge, the production of subjectivity and the production of information.

KEYWORDS

Diversity. Solidarity. Public Policy. Education. Brazil.

RESUMEN

El presente texto articula una posición crítico-reflexiva con respecto a la diversidad y la solidaridad, en particular la atención a las políticas públicas educativas brasileñas de hoy. Por lo tanto, surge una pregunta: ¿qué tipo de políticas públicas educativas inscriben diversidad y solidaridad en Brasil? En el formato de ensayo, el camino metodológico elige la investigación empírica y cualitativa, al discutir este cuestionamiento, a partir de estudios contemporáneos. El resultado de esta investigación demuestra dinámicas estratégicas en la educación actual que (re)dimensionan la diversidad y la solidaridad como poderes para la producción de conocimiento, la producción de subjetividad y la producción de información.

PALABRAS-CLAVE

Diversidad. Solidaridad. Políticas Públicas. Educación. Brasil.

A sabedoria começa quando percebemos que nossa razão e nossos pensamentos conscientes não podem nos conduzir aonde queremos chegar. (LIPOVETSKY, 2016, p. 302).

No debate de Lipovetsky (2016) acerca da leveza, a epígrafe deste texto alarga o campo de (im) possibilidades percepto-cognitivas, ao (re)configurar o pensar, a razão e o saber, os quais revestem a condição humana. A atmosfera da subjetividade salienta o viver eleito no cotidiano em uma instância de conflitos. Essa subjetivação compara-se ao modo de existir e sentir as coisas no mundo.

Dessa maneira, o presente texto articula um posicionamento crítico-reflexivo a respeito de diversidade (cultural, étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, regional) e solidariedade humana, em especial atenção às políticas públicas educacionais (PPE) brasileiras atualmente. O desafio seria pensar sobre dinâmicas estratégicas na educação atual – entre diversidade e solidariedade – a perpassar as políticas públicas. Com isso, instaura-se uma pergunta: que tipo de políticas públicas educacionais inscreve diversidade e solidariedade no Brasil?

Baseado nos *estudos contemporâneos* (CANCLINI, 2016; GUMBRECHT, 2015; HALL, 2016), o percurso metodológico escolhido no preparo deste artigo foi o formato ensaio. Ensaiai ideias viabiliza examinar, avaliar e articular coordenadas recursivas entre reflexão, debate e escrita, as quais ressaltam pontos polêmicos relevantes à produção de conhecimento. O caráter científico de um ensaio considera o método (CANCLINI, 2016), cujo rigor surge a partir de critérios específicos da perspectiva que aprofunda o desempenho proeminente dessa empreitada no país. Isso instiga reflexão, escrita, leitura e crítica sobre questões contemporâneas ensaiadas nessa discussão que tangencia uma abordagem empírica, qualitativa, na pesquisa de base.

De flexibilidades e deslocamentos, articulações teóricas, conceituais e metodológicas agenciam/negociam um debate pontuado pelos *estudos contemporâneos* (CANCLINI, 2016; GUMBRECHT, 2015; HALL, 2016). Por isso, justifica-se a escolha dos autores contemporâneos citados – de diferentes escolas do pensamento – que revigoram a maneira de refletir a sociedade atual. Sendo assim, tais estudos convocam para uma desobediência epistemológica, a contestar questões emergentes que projetam sujeito e sociedade.

2 ENSINAR DIVERSIDADE

Este tópico propõe a noção de diversidade (cultural, étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, regional) como uso estratégico na educação, a qual solicita um movimento transdisciplinar. Para Canclini (2016, p. 53), “fazer transdisciplina é uma tarefa política: ocupa-se ao mesmo tempo do discurso, do sistema de evidências sensíveis que parece comum e dos modos de representá-lo, usá-lo para o controle social, criticá-lo e brincar com ele”. Ao ensinar diversidade, torna-se relevante oferecer estratégias educativas que possam sugerir o alargamento de parâmetros da condição humana.

Para Pelbart (2019, p. 26-27), vale a pena arriscar a

[...] vida como experimentação, variação, diferenciação, devir, capacidade de composição, poder de afetar e ser afetado, possibilidade de adentrar outros seres e seus pontos de vista, chance de migrar na escala de durações dos entes no cosmos, ser e pensar diferente; ou ainda, errância, heterogênese, resistência, criação de possíveis, virtualidade, potência...

As variantes enunciativas, citadas pelo autor, assinalam a diversidade, pois tal proposição (re)inscreve o *diversus*, em várias versões que abrangem múltiplas identidades culturais (HALL, 2016). Essas variantes promovem a (re)dimensão inclusiva (GARDOU, 2018) na sociedade. As variantes – pautadas por adversidades (de índios, negros e brancos, no Brasil, por exemplo) – inscrevem a riqueza cultural e identitária do sujeito e sua mestiçagem étnico-racial como manifestação de determinada parcela da brasilidade. O que causa o inusitado e (re)calcula aspectos transculturais (des)territorializados pela fragmentação da diversidade, a qual perfaz a adaptação de Ser/Está sujeito no mundo. Ainda, para Pelbart (2019, p. 26):

A vida, que parecia um fenômeno da natureza biológica ou metafísica, desdobra-se aquém ou além dessa dualidade, revelando-se de modo plural, a partir de suas inclinações várias, por um lado, e das vias de acesso de cada uma delas, sempre singulares, por outro.

O desdobramento citado pulveriza possibilidades irregulares. A noção de diversidade, assim, promulga a ampliação do olhar sobre a vida quando mescla combinatórias de valores e referências, bem como outras tantas práticas e saberes. Ensinar diversidade implica criar condições ideais para o sujeito pensar de forma plural. Ensinar diversidade requer respeitar alteridades, ou seja, respeitar o/a Outro/a. Ensinar diversidade ajuda a humanização de cada indivíduo.

Porém, se a diversidade incomoda o sistema é porque não permite controle, nem domínio, dos espaços periféricos (RACIONAIS MC'S, 2018). A margem desfoca-se distante do centro. Disso, revela-se um profundo mal-estar existencial (KRISTEVA, 2017), uma vez que (re)formula o pensamento a respeito da (in)visibilidade (explícita ou escondida) do periférico, ao transpor essa discussão, consonante às desigualdades e aos Direitos Humanos (CANCLINI, 2016; SANTOS, 2019). E, também, se divergir pode ser algo ameaçador para alguns: isso gera (dis)rupturas dos múltiplos elementos que (re)arquitetam eixos transitórios e se espalham com (des)territorializações inimagináveis. Ensinar diversidade, por certo, seria explorar singularidades. Massumi (2017, p. 87) afirma que:

O singular se encontra em oposição tanto ao particular quanto ao geral (eles vêm num pacote). Tudo numa situação é potencialmente arrebatado no movimento de enação, com uma abertura para a forma final que ainda será determinada, num devir singular catalisado pelos gestos performativos que ganham forma. Essa singularização afeta até mesmo potencialmente os códigos *in loco*, suscetíveis aos próprios devires, através de suspensões supernormais de uma forma já dada. As situações não são de conformação (aplicação que produz conformidade de uma regra), mas de in-formação (um tomar-forma ou buscar-forma imanente à ação situada).

Portanto, a formação se faz presente no movimento (inter)subjetivo da linguagem dessa diversidade que não traduz conformidades de camadas apenas. Intensificam-se questões ligadas à diversidade quando a linguagem enumera preferências distintas de escolhas, preferências, opções. Assim, instabilidades e descompassos (re)calculam discordância de informações estratificadas pela conduta ética e moral de cada um.

A diversidade ocupa-se de infinitas chances de informação, ainda mais com a cultura digital – equacionada por algoritmo, computador quântico, internet das coisas, redes sociais, robótica, *smartphone*, aplicativos hipermediáticos (QUINTARELLI, 2019). Esse fenômeno mostra a intensidade da experiência humana (GUMBRECHT, 2015), como estímulo ao consumo, paradoxal e, ao mesmo tempo, congruente. Tais pressupostos (re)desenham a desigualdade econômica e social, mediante a hegemonia do mercado-mídia², buscando o impacto do consumo. Ensinar diversidade aponta, num primeiro passo, para aprender solidariedade.

3 APRENDER SOLIDARIEDADE

Já este tópico correponde à aprendizagem da solidariedade humana, como estratégia da educação atual. Ser solidário não pode apenas ser característica ou qualidade do sujeito, pois vale assegurar-se de atualização e inovação para fomentar a formação do sujeito. Para aprender solidariedade, o amadurecimento do sujeito emerge a partir da empatia e da doação para com o/a Outro/a, que reflete em si como devolutiva. O vínculo de afecção e reciprocidade, por interesses comuns, resgata valores e prospecta o viver em sociedade. O que ajuda a experimentar o eixo comunitário como divisão de responsabilidades entre os participantes de um grupo. Longe de uma obrigação, se solidarizar seria reconhecer o conflito alheio e compartilhar expectativas de confiança.

No âmbito da solidariedade, a educação legitima mudanças. Assim, o educar experimenta alternativas, a criar uma visão mais plausível com a natureza humana. Para Maturana (1998, p. 29), “o educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente. [...] A educação é um processo contínuo que dura a vida toda”. Educar, dessa forma, almeja considerar que a informação possa ser recolhida de diferentes dispositivos, instrumentos, ferramentas ou aparelhos, com o auxílio das tecnologias emergentes. Porém, a informação também pode vir do/a Outro/a.

Verifica-se que o processo de ensino-aprendizagem contemporâneo deseja um posição contundente dos/as envolvidos/as, capaz de espandir as fronteiras dos modos de existência entre verdade e realidade. No escopo ensino-aprendizagem, a intermediação de natureza e cultura ocasiona o encontro de (inter)subjetivas. A produção de subjetividade, então, permite flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem para agenciar a formação do sujeito, que se atualiza. Aprender solidariedade requer afeição a si para se aproximar do/a Outro/a.

2 A aproximação ambivalente – entre mercado-mídia – não consegue distanciar um do outro. Portanto, o inseparável binômio mercado-mídia constitui uma agenda tática de enunciados. Isso é, a experiência contemporânea mistura informação e entretenimento, de modo proposital, como fenômeno mercadológico-midiático.

No Brasil, a educação roga revisões profundas para negociar com “novos/outros” práticas e saberes. A outridade escapa de referentes comuns (do já previsto) e demonstra a fragilidade de qualquer relacionamento na condição adaptativa da diversidade. Esta última compreende uma virtude em si mesma como vicissitude, que exige atenção, porque seus vasos comunicantes propagam características de si – (re)ativadas na relação para com o/a Outro/a.

A atividade educativa (didático-pedagógica) perfaz a combinatória que convida à participação coletiva em um complexo processo de interação colaborativa. Logo, não é justo que algo escape da vida, em razão de atitude equivocada quando se evita a relação com o/a Outro/a. Essa codependência ambienta o vínculo entre partes que podem se aproximar por afeição e/ou empatia. Tal (in)completude constata-se por distintas esferas e camadas, em que se diluem com o/a Outro/a, pois a educação reflexiva e crítica apoia o desenvolvimento das ideias para melhorar a vida social. Nesse fluxo, Massumi (2017, p. 81) confere:

O pensamento político floresce com a consciência primária não cognitiva. É um pensamento em ato, nivelado com o gesto vital. A consciência não cognitiva é **ativamente não representativa**. No entanto, para todos os efeitos já é reflexiva. É reflexiva no sentido especial de que os gestos que corporaliza deflagram e conservam a lacuna entre o “é” e o “pode ser”.

Do ponto de vista político, a solidariedade convoca o engajamento das pessoas para acompanhar o/a Outro/a como um referente a mais, tal qual a diversidade. Aprender solidariedade almeja empoderar-se de informação, pois a intensidade da experiência (GUMBRECHT, 2015) transcende valores. E a educação pode (re)avaliar seus próprios parâmetros e diretrizes, ao agenciar a produção de conhecimento.

Do ponto de vista sociocultural, considera-se imprescindível a força da natureza humana para providenciar certa conciliação entre sujeitos, no vigoroso *sentir* – (inter)subjetivo do afeto: ser afetado pela solidariedade. Trata-se de ponderar a sintonia de qualquer relação entre pessoas, cuja cooperação procura alterar consonâncias coletivas. Ou seja, a sensibilidade humana pede uma posição complexa das dinâmicas estratégicas na educação atual, em pleno exercício de cidadania.

No geral, o foco da solidariedade transversaliza instâncias de desigualdade e Direitos Humanos (SANTOS, 2019). Para Kristeva (2017, p. 155), “o universal atento aos direitos singulares de cada um, de cada uma, é a sua herança preciosa que, sob o nome dos Direitos Humanos, parecer ser hoje o único capaz de ir ao encontro dos países emergentes”. Todavia, torna-se oportuno discutir a respeito de solidariedade, visibilidade e ações afirmativas em razão da diversidade, que disponibilizam acordamentos no diálogo sobre a formação do sujeito. Aprender solidariedade é um ato de paixão, uma vez que reúne a diversidade, sem transtorno.

4 DISCUSSÃO

O presente tópico examina as políticas públicas educacionais (PPE), no Brasil atualmente, mediante o pressuposto ontológico de indicação afirmativa para ensinar diversidade e a consequência

de aprender solidariedade. Isso é, a incorporação de dinâmicas estratégicas na educação atual ilumina a cidadania, capaz de trilhar o percurso formativo do sujeito no mundo, na proeminência de um modo de existência atualizada. Esse leque de discussões propicia uma sensibilidade à abertura do viver, em que se afere a qualidade de vida a partir do modo de viver e sentir como produção de subjetividade. Segundo Santos (2019, p. 46):

A articulação entre neoliberalismo, progresso e desenvolvimento convoca a busca de um cosmopolitismo subalterno, construído a partir de baixo nos processos de troca de experiências e de articulação de lutas entre os movimentos e organizações de excluídos e seus aliados de várias partes do mundo. [...] Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais no sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não existência, declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É no termo desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem.

De acordo com investimentos específicos, a noção de contemporâneo aponta para uma situação deslizando de oscilações imprecisas entre enunciados, discursos, termos e expressões. O que confirma o fluxo de instabilidades representacionais de recorrências equivocadas entre Estado e governo. Disso, a produção de conhecimento requisita discussões teórica e política para as PPE deslançarem proposições que atenda aos enfrentamentos econômicos, identitários, socioculturais e políticos.

Na economia do saber (CANCLINI, 2016), as PPE devem garantir o acesso à informação, sobretudo no âmbito da cultura digital – conforme já exposto –, ao abordar diversidade e solidariedade como tópicos emblemáticos que reforçam a dinâmica social contemporânea no Brasil e no mundo. Entre Estado e governo (e vice-versa), essas abordagens (diversidade e solidariedade) solicitam equidade de justiça social, quando entrelaçadas no processo de ensino-aprendizagem competente.

A equiparação dos sujeitos tenta não sobrecarregar determinadas partes e, por conseguinte, alternar direitos e deveres do sujeito – como confirmativa do estado democrático de direito. Possibilitar coerência entre sujeitos reduz a desigualdade econômica e social, para que uma maior parcela da sociedade se beneficie das oportunidades. Portanto, haveria menos exploração humana. Quando se equiparam valores, recursos públicos devem ser utilizados para todos/as, sem distinção, evitando vulnerabilidade e/ou risco social (SANTOS, 2019). Sendo assim, o comprometimento de políticos/as e gestores/as públicos/as precisa de (re)adequação acerca da solidariedade humana para conseguir uma distribuição, de fato, mais justa (HALL, 2016).

Para a PNAD Contínua (IBGE, 2019), 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade eram analfabetas, no Brasil, em 2018. Isso mostra uma taxa de analfabetismo de 6,8%; sendo que o percentual de pessoas com o ensino superior completo é 16,5%. Parece pouco, mas representa uma porção expressiva da população brasileira menos favorecida. Para constatar a disparidade de privilégios econômico e social, os cursos de graduação tecnológica, que visam o mundo do trabalho, con-

tinuam tendo mais frequência de homens (10,3%) do que mulheres (7,1%), bem como o predomínio de pessoas negras ou pardas (8,7%), em relação às pessoas de cor branca (8,2%). São sintomas de desproporção nesse mapeamento.

Nesse caso, experiências complexas no processo de formação do sujeito (re)configuram-se na contramão do sistema e reclama amparo por (re)arranjos dissidentes, para além de uma perspectiva pós-colonial. Talvez, essa posição possa ser vista/lida como utopia para o capitalismo, ainda que a educação atual não se pauta como missão social de caridade ou altruísmo, mas como desempenho intelectual atento à formação profissional. Ou seja, o capitalismo contemporâneo pleiteia atenção às novas responsabilidades econômicas e sociais, em prol da produtividade (CANCLINI, 2016; HALL, 2016).

Ao (de)marcar o valor de diversidade e solidariedade no desenvolvimento humano, percebe-se a necessidade de PPE, no Brasil, para implementar essa temática e suas adjacências. Sem dúvida, os esforços das PPE merecem atenção especial para gerar debates de reconhecimento do/a Outro/a em sua diversidade, prevalecendo uma realidade mais solidária. As derivações das PPE expõem lacunas e somam desafios.

Sem restrições particulares de autoritarismos dos regentes do poder político (ainda, que temporário, se considerado o período de eleição), as PPE servem para defender os interesses públicos cuja formação do sujeito possa ser plena. Essa formação prevê a produção de conhecimento como sobrevivência nos dias de hoje (RACIONAIS MC'S, 2018): o que nem sempre corresponde ao chamado de uma vida digna, ainda mais no Brasil atual. A voz da esperança não pode ser calada. Mais que Ser/Estar sujeito no mundo, a dignidade humana torna-se força motriz do Ser Humano, a partir da educação.

A educação, agora, forma estudantes sem garantia de emprego na área escolhida, porque a lógica do trabalho tem sofrido modificações. Então, vale observar o que ocorre nas PPE, uma vez que se reivindica o público em detrimento do privado. Do saber (teoria) ao fazer (prática), tal formação educativa no Brasil – por vezes precária e/ou deficitária – apenas ludibria as pessoas, pois baixa qualidade na formação implica baixo retorno intelectual. Menor rendimento piora com ineficiência e, portanto, alcança péssimo resultado para o capital.

Logo, o trajeto intrínseco na intensidade da experiência humana engendra um despertar na adaptabilidade do sujeito contemporâneo, para além do senso comum martelado pelo sistema capitalista. A produção capital legítima certo tipo de capacitação profissional – para atender às exigências do mercado-mídia e do consumo – em que habilidades e competências profissionais (mão de obra) organizam-se nas extensões da performance individual do sujeito. Por certo, a empregabilidade fortalece a vida pública, a impulsionar a lógica implementada pelo digital (QUINTARELLI, 2019).

Se atualmente a diversidade (associada à solidariedade) está em voga na agenda do debate, cabem ao Estado e ao governo se orientarem como (inter)mediadores do sistema capitalista na promoção de oportunidades coerentes com a realidade do país, independentes de questões eleitorais, conforme já indicado.

Ou seja, assuntos pertinentes à educação precisam estar em sintonia com aspectos econômicos, identitários, socioculturais e políticos, capazes de contribuir com a formação do sujeito – em evidência. Todavia, a produção de conhecimento setoriza demandas para tentar amenizar a vulnerabilidade, diante da produção de efeitos (GUMBRECHT, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Calcados nos argumentos das PPE, seria instigante pesquisar dinâmicas estratégicas na educação atual. De maneira equitária às condições ideais no avanço social do país, essas dinâmicas enfocam ações inclusivas, pois variantes enunciativas da diversidade proclamam, sim, a solidariedade humana, ao respaldar o valor humano que sobressalta na vida alheia e o próprio Eu.

Entre Eu e o/a Outro/a, (des)territorialidades estendem uma esfera complexa de imprevisibilidades: adversa, esquisita, estranha, torta, diferente, divergente. Muito embora, dependendo de divergentes crenças, valores e/ou referentes, há dificuldade de se relacionar com o/a Outro/a. No entanto, vale a pena tentar conciliar adversidades.

Das anotações expostas no fomento deste debate crítico-reflexivo, evidenciam-se movimentos coesos de diálogo e convívio – entre ensinar diversidade e aprender solidariedade. São movimentos distintos, que se complementam, de acordo com o entorno da discussão sobre PPE.

Se as PPE suscitarem o ensino da diversidade, isso ajuda no aprender solidariedade, dilacerando a expressão viva (e participativa) dos sujeitos envolvidos: alunos/as, professores/as, gestores/as, colaboradores/as. Eminentemente, as PPE cada vez mais devem favorecer o processo de ensino-aprendizagem, no país, para uma formação atualizada pela responsabilidade de ponderar alternativas que envolvam o/a Outro/a.

Se, por ora, a produção de conhecimento confere o capital na produção de subjetividade e na produção de informação, a diferença entre Estado e governo prescinde da equiparação dos lados para avançar nas políticas públicas educacionais (PPE). Esta última, sim, merece desempenhar o papel de formação cidadã capaz de solucionar problemas. Portanto, o Estado carece acolher a realidade brasileira na profusão de alteridade e diferença, a partir de PPE. E o uso adequado dos recursos do governo adiciona essa prática à gestão pública comprometida com a educação.

Então, que tipo de PPE inscreve diversidade e solidariedade no Brasil? Embora possa parecer utopia, trata-se de procurar um modo de existência justo e fraterno. É viver juntos!

REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. G. **O mundo inteiro como lugar estranho**. São Paulo: EdUSP, 2016.

GARDOU, C. **A sociedade inclusiva: falemos dela!** não há vida minúscula. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2018.

GUMBRECHT, H. U. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Unesp editora, 2015.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio : Apicuri, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>. Acesso em: 20 nov. 2019.

KRISTEVA, J. **Meu alfabeto**: ensaios de literatura, cultura e psicanálise. São Paulo: edições Sesc, 2017.

LIPOVETSKY, G. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Manole, 2016.

MASSUMI, B. **O que os animais nos ensinam sobre política**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998.

PELBART, P. P. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

QUINTARELLI, S. **Instruções para um futuro imaterial**. São Paulo: Elefante, 2019.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SANTOS, B. de S. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: SANTOS, B. de S; MARTINS, B. S. (org.). **O pluriverso dos direitos humanos**: a diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 39-62

Recebido em: 10 de Janeiro de 2020

Avaliado em: 28 de Março de 2020

Aceito em: 28 de Março de 2020



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Professor da Fatec ItaquaquetubaDoutor em Comunicação pela USP. E-mail: wilton.garcia@fatec.sp.gov.br

